

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1307

## **Práticas Mediciniais dos Colonizadores na América Portuguesa Quinhentista**

Wellington Bernardelli Silva Filho<sup>1</sup>

Resumo: Pouco contemplado pela historiografia tradicional, a medicinal no primeiro século de colonização da América Portuguesa constitui-se como um importante campo para a compreensão do processo de fixação do colono europeu no Novo Mundo, evento esse impossível de ser avaliado sem antes deter-se a preocupação dos colonizadores em descrever e classificar do mundo natural ao qual estavam agora inseridos. Por meio da observação meticulosa, experimentação e apropriação do saber indígena, o europeu pode compreender os usos práticos da flora e fauna americana, em especial a natureza da Mata Atlântica, zona biogeográfica mais rica do planeta, possuidora de particularidades e espécies endêmicas aos quais esses homens não estavam habituados.

Adentrar um novo ambiente, para colonizador europeu quinhentista, significava estar sensível uma gama de doenças próprias desse local, que no entendimento desses homens, deveriam ser curadas com mezinhas e boticas inerentes a esse território. Nesse ínterim que se inscreve os processos de descrição e classificação do mundo natural do Novo Mundo, em que os colonizadores se esforçaram a registrar em crônicas, cartas e textos, a fauna e flora local, seus usos práticos e valores medicinais. Para o presente artigo, foi recolhido os relatos dos colonizadores, jesuítas e cronistas europeus a respeito da utilização fitoterápica da flora Americana do século XVI, a rigor: o missionário calvinista Jean de Léry, o senhor de engenho Gabriel Soares de Souza e os jesuítas portugueses Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Fernão Cardim.

Para tanto, fez-se uso da História das Ciências como metodologia na análise das fontes acima citadas, visto o entendimento que pouco foi contemplado, nos textos dos colonizadores, passagens que retratam as práticas cotidianas de sobrevivência no Novo Mundo, como o uso da fauna e flora local na adaptação do europeu nesse novo território.

Com relação às práticas medicinais na América colonial quinhentista, os colonizadores se apropriaram do conhecimento fitoterápico indígena nas descrições das propriedades medicinais das plantas e ervas utilizadas como mezinhas. Todavia, a apropriação do saber indígena não se deu de forma indiscriminada, mas antes, adequando-o à teoria humoral hipocrática-galênica, defendida pela medicina erudita em voga na Europa do século XVI.

Palavras-chave: História das Ciências; América Portuguesa; Fitoterapia; Apropriação Cultural.

O descobrimento de novos territórios, propiciados pela expansão marítima do século XVI, são frequentemente relacionados ao estabelecimento de novas rotas comerciais e a construção dos impérios ultramarinos europeus, fatos pertinentes para a compreensão das mudanças ocorridas no seio da sociedade do Velho Mundo, porém inconsistentes quando analisados por si só, alijados da discussão acerca da ampliação do conhecimento acerca do mundo natural que a colonização do Novo Mundo América proporcionou. A acumulação e divulgação das informações sobre a fauna e flora do território recém-descoberto permitiu, não só a adaptação dos seus colonizadores, mas também uma mudança epistemológica no saber europeu.

No tocante a medicina, o século XVI presencia um novo mundo de boticas, mezinhas e trigas. O período compreendido hoje como Idade Média caracterizou-se por um forte controle moral da Igreja Católica, que combateu veementemente as práticas terapêuticas a base de plantas e ervas para a cura de doenças, taxando tal comportamento como próprios de feiticeiros, bruxas e artifícios demoníacos (CARNEIRO, 1994, p. 55). Entretanto, com o ciclo das navegações, as descobertas dos novos territórios além mar e a conseqüente introdução de produtos orientais considerados exóticos para esses homens, como as especiarias, o café e o ópio, propiciaram um gradativo afrouxamento da repressão cristã ao uso fitoterápico de boticas e mezinhas (Idem, Ibidem, p. 39). Evento diretamente ligado as navegações, a “descoberta” do continente americano proporcionou um acesso ainda maior dos europeus as especiarias, além das de origem oriental, agora para com as originárias do Novo Mundo.

Durante todo o período de colonização, os viajantes que aportaram na América compreenderam a importância de se dedicaram a catalogar, descrever e classificar a fauna e flora do ambiente ao qual estavam inseridos. O cuidado em relatar as plantas e animais, subdividi-las em “como as nossas” e “aquelas que diferem as nossas” foi uma regra seguida pela maior parte dos viajantes, colonizadores e clérigos que estiveram na América portuguesa quinhentista, ação essa própria da mentalidade de sua época, em que a força motriz do conhecimento europeu era norteadada pela observação das similitudes, as correlações aparentes entre o novo e o já conhecido (FOUCAULT, 1999, p. 23). Por meio das similaridades das espécies americanas e européias, os viajantes buscavam transmitir em seus relatos todo o conhecimento detido sobre os usos práticos dessa fauna e flora, empenhando-se em descreverem as particularidades de cada nova espécie as quais entravam em contato. Apesar do grande número de figuras semânticas de similitude, Foucault identifica como sendo quatro as mais usadas no século XVI nos discursos e análises de comparação: a conveniência, a emulação, a analogia e a simpatia. (Idem, Ibidem, p. 23 – 35)

O missionário e calvinista Jean de Léry veio à América portuguesa em 1556, ao agrupamento francês dirigido por Nicolas Villegagnon conhecido como França Antártida. Acusado de heresia por Villegagnon, foi expulso do reduto e voltou para Europa menos de um ano após aportar no Novo Mundo, pouco tempo depois, em 1578, publica “Viagem à Terra do Brasil”, livro que narra suas experiências durante o período em que esteve na América. Contendo várias descrições sobre as plantas e animais com as quais entrou em contato, a obra de Léry nos permite observar a importância das analogias enquanto principal recurso descritivo do mundo natural:

Continuando a falar das árvores dessa terra da América, mencionarei a existência de quatro ou cinco espécies de palmeiras das quais as mais comuns são as chamadas *geray* e *iri*. Creio que nenhuma delas produz tâmaras. É verdade que a *iri* dá frutos redondos como abrunhos pequenos reunidos,

como uvas, em cachos que um homem pode carregar facilmente; só o caroço presta, entretanto, e não é maior do que o da cereja. (1961, p. 155)

Para descrever a morfologia de algumas palmáceas do Novo Mundo, Lery se vale de partes do que o europeu conhece para descrever um todo desconhecido. Exemplo disso é a inserção da cereja e da uva na descrição de uma palmeira nativa do Estado do Rio de Janeiro a Iri (*Astrocaryum aculeatissimum*) (REIS, 2006, p. 502 – 526).

A descrição comparativa entre a natureza do Velho e do Novo Mundo sucedeu-se, em muitas vezes, por meio de uma perspectiva qualitativa entre as duas regiões, onde se buscava demonstrar uma suposta debilidade da América frente a Europa (GERBI, 1992, p. 15). Por estarem ligados a tradição bíblica e aristotélica, os primeiros cronistas do Novo Mundo acreditavam na imobilidade das espécies naturais, na natureza fixa e imutável dos seres vivos.

Apesar de se somente nos séculos posteriores se tornar um consenso entre os cronistas, viajantes e filósofos naturais, a depreciação não se relega somente ao mundo natural, ressoando também a visão geral dos europeus com relação aos indígenas. Tidos como seres atrasados, incautos, incapazes de agir com racionalidade em suas ações, governando-se exclusivamente por meio de seus instintos mais básicos de sobrevivência. A obrigação do colonizador era então retirar esses homens do estado selvagem em que viviam, catequizando-os a religião cristã e introduzindo-os aos hábitos civilizados. Dessa forma, o discurso do colonizador deixava claro a inferioridade dos indígenas, que chafurdados em sua inferioridade, nada haviam a ensinar aos europeus, mas tão somente a aprender (MARQUES, 1999, p. 61).

Entretanto, os conhecimentos europeus das particularidades da fauna e flora americana, bem como das doenças as quais estavam sensíveis, eram quase nulos. A sobrevivência na Mata Atlântica, zona biogeográfica mais rica que qualquer outra do planeta e possuidora de grande número de espécies endêmicas em seu meio (DEAN, 1996, p. 25), dependia de práticas e saberes específicos, conhecimentos sobre as propriedades de cada planta e animal, de onde poderia buscar a cura para enfermidades, de quais animais podem servir com alimento e quais devem ser evitados. A permanência do colonizador era dependente de um saber natural ao qual não possuíam, mas que os índios, há centenas de anos inseridos nessa biota, detinham em prodigalidade.

Os saberes sobre as práticas curativas dos povos que habitavam o território Luso Americano no período anterior ao descobrimento eram construído, tanto pelo empirismo prático, quanto do experimentalismo baseado na observação e elaboração de complexos sistemas classificatórios do mundo natural. A terapêutica realizada era fundamentada em uma concepção mística de enfermidade, cabendo ao pajé<sup>2</sup> compreender as razões espirituais que causariam tal doença, executando então cânticos, rezas, sopros e fumigações junto ao enfermo para o restabelecimento de sua saúde e expulsão do espírito ou entidade maligna que o acometia. Se as práticas rituais indígenas que acompanhavam a cura eram encaradas com estranhamento, como os procedimentos de sucção e sopro empregados pelos pajés para expulsar os maus espíritos que hostilizavam o enfermo, as informações sobre as plantas e métodos empregados no diagnóstico e tratamento das doenças eram de grande interesse pelos europeus (EDLER, 2006, p. 18).

As práticas rituais e o uso da magia não descartam o espírito científico<sup>3</sup> presente nas ações indígenas, relegá-las a uma condição vulgar pré-científica, como se houvesse um movimento em etapas até o desenvolvimento da ciência, é um entendimento demasiadamente simplista (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 33 – 37). Há um caráter científico presente nas complexas práticas cotidianas dos povos tidos como

“primitivos”, visto que, seja na domesticação de uma planta ou animal silvestre, na elaboração das técnicas que permitem o cultivo do solo ou na construção do saber que permite o uso terapêutico das plantas silvestres, está presente um alto grau de especialização, empirismo e experimentação (DIAMOND, 2009, p. 35 - 52).

A riqueza e complexidade do conhecimento indígena a respeito do mundo natural foram utilizadas, porém não creditadas explicitamente, nos textos dos colonizadores sobre as espécies, identificação e modo de preparo de mezinhas provenientes de ervas e plantas do Novo Mundo.

Colonizador de origem portuguesa, Gabriel Soares de Souza veio à Colônia em 1569<sup>4</sup>, com quase 39 anos de idade e, em paralelo a sua ocupação como dono de engenho, escreveu o “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, uma das obras mais minuciosas sobre o Novo Mundo. No livro, Souza narra sua viagem náutica por toda a costa da América Portuguesa, informações etnográficas sobre os povos indígenas da região, além de uma descrição detalhada de cada espécie animal e vegetal que entrou em contato, sublinhando seus aspectos físicos, localização geográfica e usos práticos de suas virtudes. Em sua obra, o autor dedica dois capítulos exclusivamente para as propriedades medicinais da flora americana, sendo um para as árvores e outro para as ervas. Os dois capítulos não encerram a identificação e descrição das plantas utilizadas em mezinhas, retomando espaçadamente, ao longo do seu texto, passagens em que contempla outras ervas, árvores, raízes e, por vezes, animais com propriedades curativas.

Nesses dois capítulos – bem como em seus antecessores - Souza não especifica diretamente de onde retirou informações tão ricas e detalhadas sobre a natureza Luso Americana, porém seu texto deixa claro que praticamente todas as informações apresentadas são originárias do conhecimento indígena. No caso das árvores, Souza cita as propriedades da *Embaíba*, que “*se põe sobre feridas mortais, e se curam com ele com muita brevidade, sem outros unguentos*” (SOUZA, 1971, p. 203), explanando também sobre o uso medicinal da *Caraobuçu*, *Caraobamirim*, *Cuipeúna*, *Cipó*, *Corneíba* e tantas outras árvores inexistentes na Europa, assim como as ervas *Jeticuçu*, *Pecauém* e do *Petume*, as quais, salvo o *petume*, o autor somente teve contato após chegar à Terra de Santa Cruz, em um período não superior a 18 anos, contabilizando o ano de sua chegada até o momento de realização do livro. Além do curto período temporal, Souza não era um boticário por profissão, mas sim um dono de engenho. Seus conhecimentos acerca das plantas medicinais nativas da América Portuguesa, bem como seus princípios ativos não devem ser menosprezados, entretanto, devemos levar em conta que, sem recorrer ao saber das etnias indígenas, dificilmente Souza conseguiria reunir informações sobre a fauna e flora local, em tal nível de detalhamento, em um período de tempo relativamente curto. Ademais, há o fato de que até mesmo a denominação utilizada pelos autóctones para identificação da flora e fauna foi mantida no “Tratado descritivo do Brasil”.

Foi do conhecimento indígena que os viajantes, cronistas, colonizadores e jesuítas se apropriaram ao descrever, sistematizar e classificar a fauna e flora nativas, bem como aprender quais eram seus usos práticos e valores terapêuticos. Por estarem integrados a esse ambiente, conhecer as espécies nativas e dominar os usos dos recursos naturais disponíveis, o saber indígena foi, em grande parte, assimilado pelos colonizadores europeus, que buscaram nas práticas curativas autóctones uma alternativa ao desconhecimento que estes possuíam sobre a biota que lhes era apresentada.

Entretanto, a apropriação do saber indígena não se deu de forma indiscriminada, mas sim associada a um saber erudito medicinal proveniente da Europa que, dessa

maneira, formou novos métodos terapêuticos destinados as enfermidades próprias da América Portuguesa. Peter Burke, em “Hibridismo Cultural”, ressalta a dificuldade em se analisar a lógica, seja consciente ou inconsciente, nas escolhas das práticas de apropriação cultural (2006, p. 54), visto que há uma seleção dos aspectos culturais a serem adquiridos, assim como um descarte de outros. No caso da apropriação do saber medicinal indígena pelos colonizadores, foram selecionados os elementos culturais autóctones que pudessem ser aplicados dentro da teoria dos humores, defendida pela medicina hipocrático-galênica.

A medicina erudita européia do século XVI era marcadamente influenciada pelos princípios teóricos hipocrático-galênicos. Ensinado dentro dos preceitos da escolástica nas universidades medievais desde o século XIII, este paradigma médico era regido pelo entendimento de que o corpo humano era constituído por sangue, pítuita, bile amarela e bile negra, e que a saúde seria resultante do equilíbrio destes quatro humores, logo, as enfermidades eram fruto de um desequilíbrio humoral. Deste modo, a medicina hipocrático-galênica defendia que o trabalho do médico era o verificar qual a causa desse desequilíbrio e ministrar, através de sangrias, ingestão de alimentos tidos quentes ou frios e até mesmo a aplicação de vomitórios a restauração do equilíbrio destes humores corpóreos (EDLER, 2006, p. 34).

Nas descrições dos colonizadores a respeito frutos, raízes, árvores e ervas com virtudes medicinais, fica clara a preocupação em classificá-los como frios, quentes, úmidos ou secos, virtudes que deveriam ser identificadas para a sua utilização. Souza, ao descrever o ananás diz que “*a natureza deste fruto é quente e úmida, e muito danosa para quem tem ferida ou chaga aberta [...]*” (1971, p. 202).

As aplicações das mezinhas e boticas são ministradas a partir de sua afinidade ou repulsão com a enfermidade a ser combatida. Remédios de natureza quente são aconselháveis à cura de doenças pulmonares, como a asma e a tosse. Segundo a teoria hipocrático-galênica, o uso de uma mezinha deveria ser aplicado então para poder equilibrar os humores, sendo as enfermidades assim apenas a consequência desse desequilíbrio.

Outras relevantes descrições sobre o uso fitoterápico da flora americana para restaurar o equilíbrio humoral pode ser encontrado em “Tratados da Terra e gente do Brasil” de Fernão Cardim, jesuíta português que aportou na América Portuguesa em 1583. Sua obra é dedicada ao uso prático da fauna e flora existente da Terra de Santa Cruz, seu emprego em construções, valor alimentício e propriedades medicinais, curiosamente não contemplando com grande afinco a catequização dos *gentios*, uma das principais preocupações encontradas nos textos de outros jesuítas. Cardim diz a respeito das bananas que são “*frias, e frescas que deitando-se um doente de febre sobre ellas fica a febre temperada com sua frialdade*” (1980, p. 47). A terapêutica era aplicada conforme a característica da patologia apresentada pelo enfermo, utilizando boticas e mezinhas com propriedades inversas a doença. Remédios de natureza fria eram recomendados para combater doenças que causavam o aumento de temperatura, como a febre em uma busca pelo reequilíbrio dos humores.

O padre jesuíta José de Anchieta também foi um importante divulgador das flora americana usada como mezinha. Em suas cartas destinadas aos outros padres da ordem, encontram-se várias descrições sobre o uso terapêutico das plantas americanas, como nessa citação de uma árvore não identificada, porém possivelmente a gameleira (*Ficus doliaria*), árvore de dez a doze metros de altura, que no mês de agosto fornece em mais abundância o suco lactescente pelas incisões que sofre, ou o jaracatiá (*Carica*



*dodecophylla*), com propriedades terapêuticas semelhantes, e ainda muito usada no combate a várias infecções:

Ha uma certa árvore, de cuja casca cortada com faca, ou do galho quebrado, corre um líquido branco como leite, porém mais denso, o qual, se se beber em pequena porção, relaxa o ventre e limpa o estomago por violentos vômitos [...]. (1988, p. 137)

Na passagem destacada, vê-se presente a teoria humoral hipocrática-galênica como norteadora na busca de boticas e mezinhas contra as enfermidades do corpo, sendo o vômito aconselhado para a limpeza do estômago. No mesmo trecho, o jesuíta faz a ressalva de que “[...] *por pouco, porém, que se exceda na dose, mata. Deve-se, enfim, tomar dele tanto quanto caiba em uma unha e isso mesmo diluído em muita água*[...]” (Idem, *Ibidem*, p. 137), deixando claro a necessidade da parcimônia na dose da mezinha, pois a mesma planta aconselhada para a cura, pode tornar-se um veneno fatal. Era necessário o conhecimento rigoroso das particularidades das plantas, não só de suas propriedades fitoterápicas, mas também da dosagem que deveria ser feita a mezinha.

A utilização das plantas com propriedades curativas americanas não ficou restrita aos colonizadores dos territórios recém-descobertos, alcançando notoriedade na metrópole, sendo o *petum* a planta que mais se difundiu no Velho Mundo. Também chamado de *petume*, *petigma*, *petyn* ou *erva santa*, a conhecemos hoje como tabaco, nome comum dado as plantas do gênero *Nicotiana*, cultivada por toda Costa Atlântica Americana tropical, utilizada pelos índios em seus rituais de cura e como inibidor de apetite. Cardim faz menção sobre suas propriedades ao afirmar que “*serve muito para varias enfermidades, como feridas, catarrros, &., e principalmente serve para doentes de cabeça, estomago e asmáticos*” (*Ibidem*, p. 49), relatando também a apropriação dos Portugueses do hábito de fumar a folha do *petum*, “*vem grande parte dos Portuguezes beberem este fumo, e o têm por vicio, ou por preguiça, e imitando os Indios gastão nisso dias e noites*” (1978, p. 108), sublinhando o grande número de colonizadores que assimilaram o fumo ao seu cotidiano.

Os espanhóis entraram em contato com o tabaco em suas colônias e, logo nos primeiros decênios do século XVI, foi levado a Europa e consumido na forma de rapé, de mascar ou como fumo. Na forma de rapé, seu uso se disseminou rapidamente entre as cortes inglesa e francesa, adquirindo grande notoriedade graças a então rainha da França, Catarina de Médicis, que o utilizava no combate a sua enxaqueca, fato ao qual o *petum* ficou posteriormente conhecido como *erva da rainha* (LOPES, 2005, p. 22).

Um dos primeiros viajantes a descrever o *petum* na América Portuguesa, Jean de Léry diz:

Em vista das virtudes que lhe são atribuídas goza essa erva de grande estima entre os selvagens; colhem-na e a preparam em pequenas porções que secam em casa. Tomam depois quatro ou cinco folhas que enrolam em uma palma como se fosse um cartucho de especiaria; chegam ao fogo a ponta mais fina, acendem e põem a outra na boca para tirar a fumaça que a pesar de solta de novo pelas ventas e pela boca as sustenta a ponto de passarem três ou quatro dias sem se alimentar, principalmente na guerra ou quando a necessidade os obriga à abstinência (1961, p. 161).

Como anteriormente comentado, o *petum* era utilizado pelos indígenas como inibidor de apetite. Visto as grandes distâncias percorridas pelos indígenas nas batalhas que travavam com outros tribos, e a impossibilidade de levar alimento em grande quantidade, eles utilizavam o tabaco para retardar a fome.

No mesmo trecho, o missionário francês retoma o uso fitoterápico da planta, ao afirmar que “*os selvagens também usam o petyn para destilar os humores supérfluos do cérebro, razão pela qual nunca se encontram sem o respectivo cartucho pendurado no*

*pescoço*” (Idem, *Ibidem*, p. 161). Ao ressaltar o seu uso no combate aos maus humores que poderiam acometer o cérebro, Léry o faz afirmando que os índios também se utilizava do *petum* para o mesmo fim, imputado aos índios um suposto conhecimento das teorias hipocrático-galênicas a respeito dos humores.

Ao analisar os processos de colonização da América Portuguesa em seu primeiro século de descobrimento, fica evidente a imposição dos hábitos europeus para os índios, em especial da religião cristã, forçando-os a abandonar suas tradições e ritos ancestrais. Se o discurso para a justificação da colonização tinha origem no primitivismo dos povos indígenas, sendo necessária sua inserção aos hábitos civilizados, dado a condição selvagem em que se encontravam, na verdade o que se vê é um processo que Peter Burke chama de *aculturação inversa* (2006, p. 66), onde o colonizador gradualmente toma para si elementos próprios da cultura nativa, como é o caso da inserção de novos alimentos à dieta européia, o uso de redes para dormirem e, como postulado anteriormente, o consumo dos derivados do tabaco.

Contemplamos as apropriações da cultura indígena pelos colonizadores, mas houve também uma grande incorporação de elementos culturais europeus ao cotidiano indígena, como a utilização de utensílios de ferro trazidos pelos colonizadores para a caça e coleta de alimentos (DEAN, 1996, p. 65-73). As trocas culturais são favorecidas pela condição de fronteira espacial e cultural que a América Portuguesa do século XVI, em que a incorporação de novos elementos culturais, tanto pelos colonizadores quando pelos indígenas, propiciou a criação de algo novo, híbrido (BURKE, 2006, p. 72-73). Todavia, não podemos esquecer que as trocas culturais realizam-se, muitas vezes, em detrimento de uma cultura para a ascensão de outra, sendo o preço da hibridização a perda de certas tradições (Idem, *Ibidem*, p. 17-18) que, nesse caso, obviamente a indígena foi a mais prejudicada.

Não somente pela perda de suas tradições, o contato com o europeu foi desastroso para as sociedades indígenas também pela introdução de um vasto número de doenças com as quais esses povos não estavam imunes. Varíola, sarampo, gripe, tifo, tuberculose, rubéola e outras doenças infecciosas endêmicas Indo-europeias tiveram papel decisivo para conquista do continente americano pelos europeus que, somado as perseguições dos colonizadores, escravização e fome, resultaram na morte de aproximadamente 90% da população autóctone do Novo Mundo (DIAMOND, 2009, p. 77).

O padre jesuíta Manoel da Nóbrega, líder da primeira missão jesuítica à América Portuguesa em 1549, afirma que a Colônia “*é muito sã para viver, e o confirmo agora, dizendo que me parece a melhor que possa achar, pois desde que estamos cá não ouvi que nenhum morresse de febre, mas somente de velhice*” (1955, p. 82). A impressão de salubridade do novo território, juntamente com a opinião de que os índios morriam somente de velhice, caiu por terra quando as enfermidades passaram a acometer as populações indígenas que entraram em contato com os europeus. Nas reduções jesuíticas, pela proximidade dos padres com os nativos no processo de catequização, a proporção e velocidade com que os indígenas padeciam pelas epidemias eram ainda maiores (RESENDE, 2003, p. 232).

A proximidade que permitiu a disseminação das epidemias entre os nativos, foi a mesma que propiciou o contato direto dos jesuítas com as práticas cotidianas indígenas, tendo esses religiosos um importante papel na apropriação e divulgação do saber autóctone a respeito plantas e ervas medicinais. Além de Manoel da Nóbrega, destacou-se o também jesuíta português anteriormente citado, José de Anchieta.

Assim como na Metrópole nos séculos XII e XIII, a medicina foi exercida formalmente na Colônia pelos eclesiásticos, tendo as ordens jesuítas desempenhado um papel de destaque nessa ocupação (EDLER, 2006, p. 33). Em relação aos indígenas, além da propagação da fé cristã, os padres dedicaram-se com empenho em acudir os que caíam enfermos e agonizantes, pois, além da possibilidade da salvação da alma do moribundo, o fato se postava como uma estratégia para conquistar a confiança e respeito dos nativos, assim como desvincular a cura das práticas rituais realizadas pelos pajés, tidos como obstáculo maior à evangelização dos indígenas (RESENDE, 2002, p. 244).

Os povos nativos, prostrados pela morte e fome resultante das enfermidades as quais não eram imunes, além de estarem constantemente perseguidos por colonos espanhóis e portugueses, viram nas reduções jesuíticas um local de salvaguarda, em que lhes era ofertada assistência médica, provisões alimentícias e proteção contra os colonos que os buscavam escravizar. Em troca da garantia de sua segurança, lhes era imposto pelos jesuítas a renegação dos seus antigos ritos pagãos e a adoção da fé cristã, entretanto, nem sempre abandonaram de completo suas tradições e cultos (Idem, Ibidem, p. 241). A segurança que lhes era ofertada dentro das reduções jesuíticas garantia a perpetuação de suas tradições tribais, ameaçadas pela fome, escravidão bem como as epidemias que os acometia, dessa forma, os indígenas usavam a tática de renunciar seus cultos, considerados pagãos aos olhos cristãos (Idem, Ibidem, p. 242). Existia um distanciamento não contemplado pelos jesuítas entre ensinamentos religiosos por eles ministrados e a maneira como os indígenas apropriavam-se desses, sendo a tática nativa de aceitar a fé cristã, porém não abandonar por completo seus ritos tradicionais, uma saída própria daqueles ausentados do poder, obrigados a buscar uma ação emergencial, como diz Certeau, “dentro do campo de visão inimigo” (1998, p. 100).

Por fim, foi por meio da apropriação do saber indígena que o colonizador europeu sorveu sobre os usos medicinais das plantas e ervas na América Portuguesa. Aliados desse conhecimento, o processo de colonização do novo território, levando em consideração todas as dificuldades a serem transpassadas durante o decurso, se faria impossível. Todavia, o colonizador, ao utilizar-se do conhecimento medicinal autóctone, não o fez sem antes adequá-lo aos preceitos medicinais hipocráticos-galênicos, preceitos esses então em voga na Europa quinhentista.

### Referências Bibliográficas

ANCHIETA, José de. *Cartas Jesuíticas 3 - CARTAS Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada & São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; 1988.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Itatiaia; 1980.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, Mézinhos e Triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo: Xamã, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Petrópolis*: Editora Vozes, 1998.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.



DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: o destino das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

EDLER, Flavio Coelho. *Boticas & farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GERBI, A. *La Naturaleza de las Indias Nuevas, de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo De Cultura Económica, 1992.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - editora, 1961.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.

LOPES, Gustavo Acioli. *A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial na América portuguesa – um balanço historiográfico*. Saeculum – Revista de História, João Pessoa, n. 12, p. 22-35, jan.-jun. 2005.

MARQUES, V. R. B. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Unicamp, 1999.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil e mais escritos com introdução e notas históricas e críticas do Pe. Serafim Leite*. Coimbra: 1955.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Edusp, 1971.

REIS, Ricardo carneiro da Cunha. *Palmeiras (Arecaceae) das restingas do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*. *Acta Bot. Bras.* [online]. 2006, vol.20, n.3, p. 501-512.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Entre a Cura e a Cruz: jesuítas e pajés nas missões do Novo Mundo*. In: *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*/ Sidney Chalhoub et al. (org) – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

---

<sup>1</sup> Aluno do programa de mestrado da Universidade Estadual de Maringá e integrante do Laboratório de História, Ciência e Ambiente (LHC).

<sup>2</sup> O pajé, dentro da sociedade autóctone, ocupava um local de prestígio por dominar as práticas e usos de forças sobrenaturais para a cura dos enfermos, mas não necessariamente cumpria o papel de um médico ou curandeiro como nas sociedades ocidentais européias. O conhecimento medicinal da fauna e flora era amplo dentro dos grupos indígenas, sendo os pajés chamados para curarem doenças mais graves, muitas vezes interpretadas como um castigo das divindades a toda a comunidade, consideradas então como uma grave ameaça a sua coesão social. Dessa forma, o pajé não somente curava o enfermo, mas também restabelecia a harmonia espiritual da comunidade. Para mais informações, ler “A mata é a botica dos índios” de Flávio Coelho Edler, in: “*Boticas & Pharmacias: um história ilustrada da farmácia no Brasil*”.

<sup>3</sup> A expressão *espírito científico* não deve ser compreendida como vinculada ao conceito ocidental de ciência moderna. Lévi-Strauss utiliza-se do termo para caracterizar o forte senso de investigação e observação do mundo natural presente nas ações cotidianas dos povos autóctones.

<sup>4</sup> Não há certeza quanto a data de chegada que o Souza aportou no Novo Mundo, mas acredita-se que seja entre 1565 e 1569.